

Interfaces entre Insurgência e Racismo Ambiental: Quais corpos podem planejar o espaço urbano?

Mateus Batal Monteiro Ferreira
Doutorando em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ)

Introdução

A urbanização acelerada das últimas décadas vem apresentando desafios tanto nas escalas sociais quanto ambientais. Esses mesmos geram um crescente interesse na abordagem crítica e transformadora das transições sustentáveis, a insurgência urbana e o racismo ambiental no planejamento urbano. Estes temas são cruciais para entender como as cidades podem se adaptar às mudanças climáticas, mitigar seus impactos e promover a justiça social.

O presente trabalho busca a investigação das interfaces entre o planejamento urbano e regional e as tarefas de prevenção, enfrentamento e superação das consequências dos eventos climáticos extremos, com foco em transições sustentáveis, insurgência urbana e racismo ambiental. Para tal, alguns questionamentos serão propostos ao longo da pesquisa: Como as transições sustentáveis podem ser implementadas de forma inclusiva nas cidades? Qual é o papel da insurgência urbana na transformação das políticas de planejamento? E como o racismo ambiental afeta as comunidades marginalizadas no processo de urbanização?

Um exemplo de transformações frente aos impactos do avanço da fronteira urbana, bem como também os reflexos da crise climática vigente está no contexto de cidades como Medellín, explorado por Perez-Lancellotti e Ziede (2021), que demonstra como projetos urbanos podem evoluir para abordar as necessidades de mitigação e adaptação climática.

Tal necessidade passa pela adoção de práticas sustentáveis no desenvolvimento urbano. No entanto, embora essencial para a adaptação e mitigação de grandes eventos climáticos, muitas vezes elas não contemplam a realidade dos sujeitos mais afetados pelo desenvolvimento urbano, os moradores das periferias.

Essa parcela populacional lida diariamente com o racismo ambiental e a desigualdade social, temas interseccionais à crise climática atual. A eficácia dessas práticas depende significativamente da inclusão de estratégias explícitas para combater o privilégio branco e as injustiças ambientais, como demonstrado nos casos de Medellín, sul da Califórnia e práticas de urbanismo insurgente.

Segundo os autores, porém, o olhar deve ser mais específico, deixando de lado exemplos de primeiro mundo:

Enquanto as estratégias de adaptação são orientadas para minimizar o impacto negativo

das mudanças climáticas no aumento do nível do mar, inundações e mudanças nos rios por meio de infraestruturas verdes e azuis, as estratégias de mitigação são duplas: uma orientada para minimizar as emissões de gás CO₂ e a outra para reduzir os riscos de deterioração dos sistemas naturais devido à intervenção humana ou causas naturais. Estudos de ações para mudanças climáticas em termos de mitigação tendem a ser direcionados para soluções tecnológicas e evidências empíricas focadas principalmente em cidades europeias, negligenciando países em desenvolvimento ou no Sul, com algumas exceções. (PEREZ-LANCELLOTTI; ZIEDE; 2021, pg. 2)

É possível compreender através do exemplo citado como se torna muito mais fácil abordar soluções para mitigação, adaptação e prevenção de crises no contexto europeu, onde se concentram os recursos para lidar com situações extremas como inundações, deslizamentos e grandes queimadas do que em países periféricos, que tendem a sofrer muito mais com os mesmos eventos justamente por disporem de poucos recursos tecnológicos para se adaptarem ao que os autores chamam de “riscos de deterioração dos sistemas naturais”.

Para aprofundar mais no assunto, é necessário tratar, em primeira instância, do eixo referente às transições que se estabelecem no contexto urbano.

Transições Sustentáveis no Contexto Urbano

Referem-se a mudanças estruturais significativas que transformam os sistemas urbanos para se tornarem mais resilientes e sustentáveis. Perez-Lancellotti e Ziede (2021) destacam a importância dessas transições na mitigação e adaptação às mudanças climáticas. No contexto de Medellín, essas transições envolvem a integração de soluções de infraestrutura verde e políticas de planejamento urbano que visam reduzir a pegada de carbono da cidade.

Medellín é um exemplo notável de como uma cidade pode implementar projetos urbanos sustentáveis. Várias iniciativas podem ser encontradas, incluindo a criação de corredores ecológicos e o melhoramento do transporte público, que têm contribuído para a sustentabilidade urbana. Tais processos não só ajudam a mitigar os efeitos das mudanças climáticas, mas também melhoram a qualidade de vida dos moradores.

Embora as transições sustentáveis ofereçam muitos benefícios, elas também enfrentam desafios significativos. A resistência política, a falta de financiamento e as barreiras culturais podem dificultar a implementação dessas transições. Os autores argumentam que é crucial desenvolver estratégias integradas que envolvam todas as partes envolvidas, desde governos locais até comunidades, para superar esses obstáculos.

Para eles:

Medellín, como estudo de caso, representa um caso latino-americano de uma cidade intermediária que conseguiu se libertar do estigma de cidade mais perigosa do mundo por meio de um processo de mudança que ocorreu ao longo de duas décadas e em diferentes níveis. Na Prefeitura, foram aproveitadas janelas de oportunidade que promoveram a construção de um sistema de transporte (Metrô) que desencadeou novas transformações que vão além dos objetivos meramente de mobilidade. A pressão em nível macro, especialmente a crescente população em novos bairros periféricos expostos a riscos

naturais, crescimento econômico, processos democráticos e impulsos de participação cidadã, impacta regimes que cedem e se desviam relativamente das práticas ou rotinas usuais, aproveitando o nível inferior, nichos como a Prefeitura ou a EDU para inovar e experimentar. Por meio do estudo de caso, é proposta uma nova geração de projetos urbanos, a quarta geração, que se distingue pelo selo de desenvolvimento sustentável e dentro da qual são reconhecidos diferentes níveis de complexidade. Os projetos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas são desenvolvidos para o caso de Medellín em um esforço de longo prazo de planejamento urbano, uma gestão municipal com continuidade e liderança dos prefeitos, um apoio decisivo da EDU e com a participação cidadã do período democrático da Colômbia. (PEREZ-LANCELOTI; ZIEDE; 2021, pg. 9)

Analisando o que foi exposto pelos autores, é possível aprender lições com Medellín que podem ser aplicadas a outras cidades que enfrentam desafios similares. As transições sustentáveis, nesse ponto, se mostram importantes não apenas para ações de mitigação das mudanças climáticas, mas também para alcançar a equidade social e a justiça ambiental. Este artigo usará Medellín como estudo de caso para ilustrar como as cidades podem embarcar em suas próprias jornadas de transição sustentável.

Colonialidade e Integração

O caso de Medellín pode ser visto como um esforço para reverter a colonialidade do poder através da inclusão e empoderamento das comunidades locais. A participação cidadã e a governança colaborativa são maneiras de desafiar as estruturas de poder centralizadas e criar um modelo de planejamento urbano que serve a todos os segmentos da sociedade. Isso se alinha com a visão de Quijano de que a transformação social na América Latina deve envolver a resistência e reapropriação das estruturas de poder pelas comunidades marginalizadas.

A abordagem de Medellín em integrar sustentabilidade ambiental com equidade social reflete a necessidade de abordar a colonialidade do poder nas cidades latino-americanas. Projetos de infraestrutura verde e transporte sustentável que beneficiam toda a população, especialmente os mais vulneráveis, são passos importantes para combater as desigualdades históricas e criar um ambiente urbano mais justo e inclusivo.

Apesar dos avanços, tanto Medellín quanto outras cidades latino-americanas enfrentam desafios significativos em superar completamente o legado colonial. A desigualdade persistente, a violência urbana e a segregação espacial são problemas complexos que requerem soluções integradas e sustentáveis. A teoria de Quijano oferece um quadro crítico para entender esses desafios e a necessidade de uma transformação radical no planejamento urbano.

Para o autor:

A colonialidade do controle do trabalho determinou a distribuição geográfica de cada uma das formas integradas de controle do trabalho no capitalismo global. Em outras palavras, determinou a geografia social do capitalismo: o capital, como uma formação social para o controle do trabalho assalariado, era o eixo em torno do qual todas as formas restantes de controle do trabalho, recursos e produtos eram articuladas. Mas, ao mesmo tempo, a

configuração social específica do capital estava geográfica e socialmente concentrada na Europa e, acima de tudo, entre os europeus em todo o mundo do capitalismo. Por meio dessas medidas, a Europa e os europeus se constituíram como o centro da economia mundial capitalista. (QUIJANO; 2000, pg. 539)

É possível estabelecer certa relação entre o texto de Perez-Lancellotti e Ziede (2021) sobre Medellín e a obra de Aníbal Quijano (2000), a partir do momento em que se destaca a importância de abordar as desigualdades estruturais e históricas no planejamento urbano. Medellín, através de suas iniciativas de sustentabilidade e inclusão, exemplifica esforços para reverter a colonialidade do poder, promovendo um desenvolvimento urbano mais equitativo e sustentável. No entanto, a plena realização dessa transformação exige um compromisso contínuo com a justiça social e a participação cidadã, princípios fundamentais para desafiar e superar as estruturas de dominação colonial que ainda permeiam a sociedade urbana na América Latina.

As questões ambientais desempenham um papel significativo na reavaliação do planejamento urbano em resposta à pandemia de COVID-19. Bereitschaft e Scheller (2020) destacam a importância da resiliência urbana, que envolve a capacidade das cidades de se adaptarem e se recuperarem de crises, incluindo desastres ambientais. A pandemia evidenciou a necessidade de integrar considerações ambientais no planejamento urbano para garantir que as cidades possam enfrentar não apenas emergências de saúde pública, mas também eventos climáticos extremos.

Para eles:

Talvez haja aqui também uma oportunidade para os planejadores reconsiderarem a importância desses espaços públicos. Atuando essencialmente como “quintais públicos”, parques bem conectados e espaços verdes que permitam o distanciamento social adequado são particularmente cruciais. Ciclovias e trilhas para caminhada/corrida amplas e bem conservadas, se bem executadas, podem incentivar o transporte ativo (ou seja, deslocamento para o trabalho e outros destinos a pé ou de bicicleta), bem como apoiar a atividade física recreativa. Muitas cidades nos EUA carecem de infraestrutura utilitária (em vez de puramente recreativa) para pedestres, particularmente ciclovias e vias verdes funcionais que conectam residências a centros de emprego, lojas e outros destinos diários. Cidades que já têm uma abundância de espaços verdes e corredores espalhados por todo o tecido urbano provavelmente estão em vantagem em meio à necessidade atual de distanciamento social e podem servir de exemplo para outras cidades. (BEREITSCHAFT; SCHELLER; 2020, pg. 4)

A promoção de espaços verdes e a infraestrutura sustentável são elementos cruciais que podem ajudar a mitigar os impactos ambientais e melhorar a qualidade de vida urbana. Por exemplo, parques urbanos e telhados verdes não só proporcionam áreas de lazer e recreação, mas também ajudam a controlar a temperatura urbana e a gestão de águas pluviais, o que é fundamental em um contexto de mudanças climáticas.

A mobilidade também é uma área de foco. A pandemia de COVID-19 mostrou a necessidade de ampliar as opções de transporte público, bem como o incentivo a outras modalidades, como o ciclismo. A criação de ciclovias seguras e acessíveis e a promoção de

políticas que incentivem o uso de veículos elétricos são exemplos de adaptação a partir de um planejamento urbano de fato participativo.

No caso de Medellín, as questões ambientais são centrais para o planejamento urbano, especialmente em termos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Perez-Lancellotti e Ziede (2021) mostram como a cidade implementa projetos de infraestrutura verde, como parques lineares e telhados verdes, que ajudam a absorver o impacto de eventos climáticos extremos e melhorar a resiliência urbana.

A sustentabilidade é incorporada no planejamento urbano através de iniciativas que promovem o transporte sustentável e a eficiência energética. Medellín, por exemplo, investe em transporte público ecológico e em sistemas de bicicletas compartilhadas, que não só reduzem as emissões de carbono, mas também melhoram a mobilidade urbana.

Nesse mesmo aspecto, entende-se que a participação cidadã e a governança colaborativa são fundamentais para garantir que as iniciativas atendam às necessidades da comunidade. A inclusão das partes interessadas - destacando as comunidades periféricas, principais eixos na transformação e no olhar crítico das cidades - no planejamento e implementação de projetos urbanos sustentáveis garante que as soluções sejam abrangentes e eficazes.

As questões ambientais, como o acesso à água potável e saneamento adequado, são essenciais para o planejamento urbano, especialmente em tempos de crise como a pandemia de COVID-19. Quintslr, Britto e Dias (2021) discutem como a falta de infraestrutura básica em áreas urbanas densamente povoadas aumenta a vulnerabilidade das comunidades a doenças infecciosas e outras crises de saúde pública.

Para os autores:

Parece-nos inegável o fato de que os mais vulneráveis econômica e socialmente serão os mais impactados pela epidemia. Entretanto, não é possível negligenciar os efeitos que um vírus que se propaga de forma tão eficaz quanto uma gripe tem sobre grupos economicamente favorecidos e sobre seus estilos de vida. Restrições a viagens nacionais e internacionais, fechamento de cinemas, museus, teatros e restaurantes, cancelamento de compromissos de trabalho – tudo isso tem impacto sobre a vida comum da cidade. (QUINTSLR; BRITTO; DIAS; 2021)

O planejamento urbano deve integrar a gestão sustentável de recursos hídricos e saneamento para garantir que todas as comunidades tenham acesso a serviços essenciais. Investimentos em infraestrutura de água e esgoto são fundamentais para promover a saúde pública e a resiliência urbana.

Insurgência Urbana e Planejamento Humano

Quando tratamos das práticas de resiliência das comunidades urbanas contra políticas de

planejamento que não atendem às suas necessidades, também estamos tratando de insurgências. MirafTAB (2015) argumenta que é uma resposta legítima à exclusão social e espacial imposta por modelos tradicionais de planejamento urbano. Essas práticas de resistência visam criar espaços urbanos mais inclusivos e justos.

Exemplos de insurgência urbana podem ser encontrados em movimentos sociais que lutam por moradia digna, acesso a serviços básicos e direitos à cidade. MirafTAB (2015) destaca casos de ocupações de terrenos urbanos e protestos contra desalojamentos forçados como formas de insurgência que desafiam o status quo e promovem um urbanismo mais humano.

Segundo ela:

Conforme o planejamento insurgente descentraliza o papel da representação e dá atenção à ação direta e aos meios de inclusão, ele muda também o sujeito de sua teorização – do planejador para o planejamento. Na arquitetura conceitual do planejamento insurgente, planejadores profissionais nada mais são que um ator em um conjunto de atores que conformam o questionável campo de ação conhecido como planejamento. A preocupação principal é portanto com as práticas e não com seus atores. À medida que os espaços de ação convidados e inventados dos cidadãos são críticos para a minha abordagem do planejamento insurgente, tomarei uns poucos momentos para esclarecer o conceito. (MIRAFTAB; 2015, pg. 368)

A insurgência urbana tem um impacto significativo no planejamento, compelindo, de certa forma, os planejadores a reconsiderar suas abordagens e políticas. MirafTAB (2015) sugere que a insurgência pode levar a uma transformação positiva, onde as vozes das comunidades marginalizadas são finalmente ouvidas e integradas no processo de planejamento. Isso pode resultar em políticas mais equitativas e inclusivas.

Essa mesma insurgência, no entanto, também enfrenta desafios. A criminalização dos movimentos sociais e a repressão estatal podem dificultar a luta por justiça urbana. MirafTAB (2015) argumenta que é necessário um apoio contínuo e a solidariedade de vários setores da sociedade para que a insurgência urbana possa alcançar mudanças duradouras. Enxerga-se a partir dessa necessidade, a importância da compreensão de como essas dinâmicas de insurgência podem ser melhor compreendidas e apoiadas, partindo em sua totalidade do ponto de vista periférico, norteador do debate e de políticas públicas básicas para a população.

Racismo Ambiental no Desenvolvimento Urbano

No começo do texto, foram apresentadas situações de desigualdade ambiental, luta por direitos e de racismo ambiental. Esse último refere-se à prática de direcionar políticas e práticas ambientais prejudiciais desproporcionalmente para comunidades de minorias raciais e socioeconômicas. Pulido (2017) descreve como o desenvolvimento urbano em Southern California tem historicamente marginalizado essas comunidades, exacerbando as desigualdades existentes.

Os exemplos de racismo ambiental incluem a localização de indústrias poluentes em bairros de minorias, a falta de acesso a espaços verdes e a má qualidade do ar e da água em áreas habitadas por grupos vulneráveis. A autora argumenta que essas práticas não são apenas injustas, mas também prejudicam a saúde e o bem-estar dessas comunidades, perpetuando um ciclo de pobreza e exclusão.

Tal fenômeno apresenta profundos impactos socioeconômicos, contribuindo para a desigualdade e a injustiça social. As comunidades afetadas por essas práticas enfrentam desafios adicionais, como menor expectativa de vida, maiores taxas de doenças, consequência do difícil acesso a recursos de qualidade e oportunidades econômicas limitadas. É crucial abordar essas disparidades para promover um desenvolvimento urbano mais justo e equitativo.

No debate que envolva as demandas do racismo ambiental, faz-se necessária a implementação da noção de políticas públicas que promovam a justiça ambiental, o reconhecimento de conflitos urbanos resultantes da disputa por narrativas e melhores condições de vida e a garantia de que todas as comunidades tenham acesso a um ambiente saudável. Neste aspecto, também está em pauta a criação de regulamentos mais rigorosos, a fiscalização efetiva e a participação comunitária no processo de tomada de decisões.

Planejamento Conflitual Urbano

O conceito de planejamento conflitual urbano refere-se à prática de desenvolvimento urbano onde há tensões e conflitos significativos entre diferentes grupos de interesse, incluindo governos, empresas, e comunidades locais. Estes conflitos geralmente surgem devido a desigualdades socioeconômicas, raciais e ambientais, exacerbadas por políticas de urbanização que favorecem interesses corporativos em detrimento das necessidades das comunidades marginalizadas. No contexto de transições sustentáveis e insurgência urbana, o planejamento conflitual urbano se torna uma arena de disputa onde diferentes visões sobre o desenvolvimento e o uso do espaço urbano colidem.

Os conflitos no desenvolvimento urbano são frequentemente catalisados por grandes projetos de investimento, como infraestrutura de transporte, desenvolvimento habitacional e projetos de revitalização urbana. Estes projetos, apesar de prometidos como motores de desenvolvimento econômico e social, muitas vezes resultam em deslocamentos forçados, gentrificação e a exacerbação do racismo ambiental. Pulido (2017) destaca como o desenvolvimento urbano em Southern California privilegiou os interesses dos grupos dominantes enquanto marginalizava comunidades de minorias raciais. Esses exemplos ilustram a necessidade de uma abordagem ao planejamento urbano que reconheça e aborde diretamente os conflitos

inerentes a esses processos.

A insurgência urbana surge como uma resposta direta ao planejamento conflitual urbano. Mirafteb (2015) argumenta que movimentos de resistência, como ocupações de terrenos urbanos e protestos contra projetos de desenvolvimento injustos, são formas de insurgência que buscam reivindicar o direito à cidade para as comunidades marginalizadas. Esses movimentos desafiam as narrativas dominantes de desenvolvimento e propõem alternativas baseadas em justiça social e ambiental. Conectando-se aos temas discutidos anteriormente, a insurgência urbana não apenas expõe os conflitos no planejamento urbano, mas também oferece caminhos para práticas mais inclusivas e equitativas.

Para mitigar os conflitos no planejamento urbano e promover um desenvolvimento mais equitativo, é essencial integrar a justiça ambiental como um princípio central no processo de planejamento. As reflexões sobre racismo ambiental de Pulido (2017) sublinham a importância de políticas que garantam um ambiente saudável para todas as comunidades, particularmente aquelas que historicamente têm sido marginalizadas. A incorporação da justiça ambiental no planejamento urbano pode transformar conflitos em oportunidades de diálogo e cooperação, promovendo transições sustentáveis e insurgência urbana como práticas integradas e complementares na criação de cidades mais justas e resilientes.

Conclusão

As implicações para as políticas públicas são claras: é essencial adotar uma governança robusta e inclusiva dos recursos naturais, que envolva a participação ativa das comunidades locais e a implementação de regulamentações ambientais rigorosas.

Ainda, é interessante que futuros estudos explorem mais a fundo as interações entre o neoextrativismo e outros setores econômicos, bem como as estratégias para diversificar as economias das regiões afetadas. A investigação dos mecanismos de resistência e adaptação das comunidades locais também pode fornecer valiosas contribuições para a formulação de políticas mais eficazes e que de fato atendam de maneira justa todos os setores da cidade. Finalmente, a transição para um modelo de desenvolvimento mais sustentável requer uma mudança fundamental nas prioridades políticas e econômicas, reconhecendo a importância da justiça ambiental e dos direitos humanos.

Bibliografia

BEREITSCHAFT, Bradley; SCHELLER, Daniel. "How Might the COVID-19 Pandemic Affect 21st Century Urban Design, Planning, and Development?" *Urban Science*, vol. 4, no. 4, 2020, p. 56. DOI: 10.3390/urbansci4040056

QUIJANO, Aníbal. "Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America." *Nepantla: Views from South*, vol. 1, no. 3, 2000, pp. 533-580

QUINTSLR, Suyá; BRITTO, Ana Lúcia; DIAS, Mariana. "Coronavírus: reflexões acerca da pandemia global e sua relação com o direito à água e ao esgotamento sanitário." *Observatório das Metrópoles*, 2020. Disponível em: acesse.dev/Coronavirus-textoOM

MIRAFTAB, Faranak. "Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano." *RBEUR – Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, V.18, N.3, p. 363-377, 2016.

PEREZ-LANCELOTTI, Gino; ZIEDE, Marcela. "Sustainable Transitions of Urban Projects towards Mitigation and Adaptation Projects for Climate Change: The case of Medellin." *IOP Conference Series: Materials Science and Engineering*. IOP Publishing, 2021, p. 032011. DOI: 10.1088/1757-899X/12011

PULIDO, Laura. "Rethinking environmental racism: White privilege and urban development in Southern California." In *Environment*. Routledge, 2017, p. 379-407.